



RELAÇÕES DE CONSUMO NO BRASIL: DECISÕES E TEMAS CONTEMPORÂNEOS

CONSUMER RELATIONS IN BRAZIL: CONTEMPORARY DECISIONS AND THEMES





SUMÁRIO

Apresentação	9
Prefácio	11
Sobre os autores	17
A proteção constitucional da privacidade de consumidores: uma análise da ADI 6387	23
<i>Patrícia Helena Marta Martins e Bruna Borghi Tomé</i>	
1. Introdução: evolução do tema privacidade e proteção de dados pessoais no mundo	24
2. Privacidade e proteção de dados pessoais no Brasil: a construção legislativa até a vigência LGPD	26
3. Jurisprudência sobre privacidade no STF pré-LGPD	28
4. A ADI 6387	31
5. Considerações finais	36
Dano estético virtual e demais danos ao corpo eletrônico: um estudo do profiling de consumo	37
<i>Teresa Ancona Lopez e Amanda Celli Cascaes</i>	
1. Introdução	38
2. <i>Profiling</i> de consumo, algoritmos e discriminação	39
3. O corpo eletrônico como desdobramento da personalidade	42
4. Danos ao corpo eletrônico: repercussões patrimonial e extrapatrimonial (dano moral, dano estético e dano existencial)	44
5. Contexto normativo e principiológico envolvendo a proteção de dados pessoais de consumidores	50
6. Considerações finais	53
Lei do Superendividamento (lei 14.181/21) – Precauções nas relações entre os fornecedores de crédito e o mercado consumidor	55
<i>André Muszkat</i>	
1. Introdução: a “Lei do Superendividamento” (Lei 14.181/21) – Objetivos e principais pontos	55
2. A responsabilidade dos fornecedores de crédito ao mercado consumidor	57
3. Os cuidados com a oferta de crédito	59
4. A renegociação da dívida – necessidade de comparecimento do fornecedor/credor e de comprovação de sua boa-fé	62



5. Questões práticas referentes à aplicação da “Lei do Superendividamento”: Desafios	63
6. Considerações finais	64
A digitalização do consumo e o regime de responsabilidade das plataformas de marketplace: novos caminhos e soluções	65
<i>Caroline Visentini Ferreira Gonçalves, Lígia Lima Godoy e Lígia Chaves Martines Fernandes</i>	
1. Introdução.....	66
2. Normas aplicáveis e precedentes importantes.....	67
3. A visão da Senacon sobre o tema – recomendações aos <i>stakeholders</i>	72
4. Considerações finais	77
Considerações sobre o erro na oferta e o entendimento do STJ no recurso especial 1794991/SE	79
<i>Fabiola Meira de Almeida Breseghello</i>	
1. Introdução.....	79
2. A oferta no Código de Defesa do Consumidor. O princípio da vinculação da oferta.	81
3. O REsp n. 1794991/SE.....	86
4. Acórdãos - Tribunais de Justiça	90
5. Considerações finais	97
Requisitos para a restituição em dobro do indébito nas relações consumeristas	99
<i>José Felipe Machado Perroni e Gustavo Gonçalves Gomes</i>	
1. Introdução.....	100
2. A recente decisão do STJ a respeito da restituição em dobro do indébito nas relações de consumo	101
3. Análise dos votos dos Ministros para a interpretação da tese fixada.....	103
4. Considerações finais	109
Análise do poder judiciário sobre a locação de imóveis por plataformas de intermediação (caso Airbnb)	111
<i>Laura Beatriz de Souza Morganti</i>	
1. Introdução.....	112
2. Contornos fáticos que permearam o REsp 1.819.075/RS	113
3. O modelo de contratação via Airbnb.....	115
4. O entendimento firmado pelo STJ no caso concreto.....	116
5. Direito de propriedade da unidade condominial e limites à liberdade individual	121

6. Defeito de segurança	123
7. Considerações finais	125
Cobrança da “taxa de conveniência” para ingressos adquiridos pela internet – licitudes e abusividades	127
<i>Luciana Goulart Penteado e Luís Felipe Richter Ferrari</i>	
1. Introdução	128
2. Compra pela modalidade on-line	129
3. O que é a taxa de conveniência?	130
4. Legalidades e ilicitudes da cobrança – Análise do acórdão Proferido nos Autos dos Embargos Declaratórios no REsp nº 1.737.428/RS	132
5. Considerações finais	136
Uma análise do Recurso Especial nº 1.899.304: O cabimento de indenização ao consumidor que, a despeito de encontrar corpos estranhos em alimento, não chega a ingeri-los	139
<i>Renato José Cury e Caroline Lerner Castro</i>	
1. Introdução	140
2. O dano moral e a questão da insegurança jurídica como justificativa para uniformização do entendimento do STJ	140
3. O recurso especial nº 1.899.304	142
4. Qual interpretação mais se coaduna ao ordenamento jurídico	146
5. Considerações finais	150
<i>Fluid recovery: a controversa execução coletiva de direitos individuais homogêneos</i>	153
<i>Amanda Celli Cascaes e Luciana Bazan Martins Bisetti</i>	
1. Introdução	154
2. Questões definidas pelo STJ envolvendo a <i>fluid recovery</i>	156
3. Projetos de lei que afetam a <i>fluid recovery</i>	160
4. Controvérsias	163
5. Considerações finais	167
Julgamento do Supremo Tribunal Federal que declarou inconstitucional o art. 16 da lei nº 7.347/1985	169
<i>Carla Cavalheiro Arantes</i>	
1. Introdução	169
2. O julgamento do RE nº 1.101.937	171
3. Considerações finais	178



O STJ e a aplicação de sanção administrativa por publicidade enganosa	181
<i>Priscila David Sansone Tutikian e Amanda Mattos Rudzit</i>	
1. Introdução	182
2. Publicidade enganosa	184
3. Prática vs. atividade abusiva	188
4. A legalidade da publicidade comparativa	189
5. Poder de polícia sobre o consumo	191
6. Apuração de porte econômico para cálculo da multa	192
7. Considerações finais	194
A (IN) compatibilidade dos danos morais coletivos com a tutela dos direitos individuais homogêneos	197
<i>Thais Matallo Cordeiro e Ariana Anfe</i>	
1. Introdução	198
2. Ação Civil Pública para defesa de direitos individuais homogêneos	198
3. Danos morais individuais e coletivos nas ações Cíveis Públicas	201
4. Danos morais coletivos e os direitos individuais homogêneos: a posição do superior tribunal de justiça	203
5. Considerações finais	206
ADI 5631 – a constitucionalidade da lei 13.582/2016, do estado da Bahia, que proíbe a comunicação mercadológica direcionada às crianças, dentro dos estabelecimentos de ensino	209
<i>Juliana Tedesco Racy Ribeiro</i>	
1. Introdução	209
2. Lei 13.582/2016	212
3. Publicidade infantil e sua regulação	213
4. Considerações finais	217
A validade dos códigos estaduais de defesa do consumidor: o Case do CDC de Pernambuco	219
<i>Vitor Morais De Andrade e Danilo Leme Crespo</i>	
1. Introdução	220
2. Competência legislativa concorrente sobre consumo	220
3. O Código Estadual de Defesa do Consumidor Pernambucano	221
4. Considerações finais	229
English version	231

